

As duas faces do primeiro Governo Vargas

Vanberto José Rossi¹

Resumo: o primeiro governo de Getúlio Vargas constituiu um marco na história brasileira. A revolução de outubro de 1930 consolidou o início de uma nova era no cenário nacional, colocando o Brasil na esteira da industrialização. Contudo, a imposição dos métodos adotados por Vargas para empreender os seus ideais, a censura e o controle da liberdade civil fizeram com que o seu governo acabasse em um ostracismo. Estabelecendo uma breve análise do período, este artigo tratará do contexto e das principais causas da ascensão e queda de Getúlio Vargas.

Palavras-chave: Vargas; industrialização; revolução burguesa; populismo.

I. Introduzindo a questão

A idéia de tentar traçar, em linhas gerais, o caráter ambíguo do Governo Vargas, pode parecer, ao menos em um primeiro momento, um tanto pretensiosa. Contudo, tal pretensão não busca exaltar nem atacar a Era Vargas, mas mostrar dois ângulos a partir de um contexto decisivo no cenário nacional: por um lado, a quebra com a visão unívoca tradicional-oligárquica; e, por outro, a inauguração de uma nova fase, em que o Brasil se inseria tardiamente, qual seja a do Capitalismo Industrial. Em grande medida, o governo de Getúlio Vargas realmente significou certa ruptura com o ideal das oligarquias e promoveu um período de grande desenvolvimento nacional. Todavia, o caráter populista daquele governo nublou os olhos da sociedade para uma “política de cabresto”, a qual sempre visava ao controle total das esferas pública, social, econômica e, até mesmo, cultural. Duas faces, portanto: um governo autoritário e centralizador, mascarado pelo discurso demagógico de uma pretensa democracia que se autodenominava nacional-desenvolvimentista.

A Era Vargas foi, a partir dessa ótica, um grande divisor de águas na História do Brasil. Até então, nenhum governo havia tentado colocar o país de fato no contexto Mundial de industrialização nem lançado bases para criar um mercado consumidor interno. Porém, o ideal varguista de modernização inevitavelmente se chocou com a ideologia tradicional das oligarquias, as quais asseguram que seus privilégios não seriam afetados. Talvez disso decorra o caráter autoritário do governo de Getúlio Vargas: a tentativa de associar centralidade política² e modernização à consolidação de uma classe burguesa realmente industrial e não de base agrária.

Algumas questões se fazem necessárias responder. Primeiramente, em termos internos, até que ponto esse governo centralista realmente se distanciou das oligarquias? Como atingir a democracia pela via do autoritarismo? Qual a disposição dos proprietários latifundiários em contribuir para a inserção de seu país no Mercado Mundial na categoria de industrializado, sendo que, para tanto, teriam de abdicar de grande parte do seu poder político? Por outro lado, fatores externos também contribuíram para a industrialização tardia do Brasil. O protecionismo norte-americano, a economia européia em vias de reconstrução durante o período entre Guerras (1919-1938), a Segunda Grande Guerra e a Guerra Fria, são fatores externos que influíram diretamente na evolução industrial brasileira. A luta pelo ideal nacional-desenvolvimentista teve de ser travada em duas frentes: internamente, contra uma oligarquia parasitária e detentora da principal fonte econômica do país; e externamente, ora contra políticas que solapavam a expansão industrial brasileira, ora contra processos que alteravam a conjuntura mundial do Grande Mercado.

¹ Graduando em Ciências Sociais pela UNESP – Campus de Araraquara.

² Ver: WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: _____. *Coleção grandes cientistas sociais*. São Paulo: Ática, 2001, p. 128-141.

II. O Despertar de Uma Nova Era

No decorrer do período entre quinze de novembro de 1889 a vinte e quatro de outubro de 1930, há uma espécie de construção e manutenção de uma espécie de “máscara republicana” para ocultar o mandonismo e o clientelismo então reinantes no Brasil aliados à instituição da grande lavoura. A República, em termos práticos, ainda se encontrava em vias de consolidação naquele momento e uma incrível confluência de fatores colocava barreiras a esse processo. Em grande medida, isso se deveu à falta de habilidade política por parte dos governantes, os quais insistiam em formar alianças com as oligarquias, estando sempre fechados em um círculo-vicioso de troca de favores, como era a então política do Café com leite. Entretanto, se tais alianças não se firmassem ou mesmo se o governo simplesmente ignorasse o poderio tradicional das grandes famílias, sendo elas detentores da própria base da economia brasileira, poderiam criar boicotes na produção, o que desmantelaria o Estado naquele momento. A classe dos trabalhadores urbanos também estava em vias de formação, o que, se por um lado favorecia o mandonismo patriarcal, por outro impedia a formação de uma burguesia industrial, a qual necessitava de mão-de-obra livre e assalariada para a circulação do capital em um possível mercado interno. Três fatores, basicamente, contribuíram para esse quadro: primeiramente, não houve preocupação no desenvolvimento de medidas estruturais para a adequação dos escravos libertos na sociedade; segundo, a classe média urbana não somava um contingente suficiente para se auto-afirmar; por fim, a base da economia brasileira, naquele período, ainda ser fundamentalmente rural.

Havia a necessidade da inserção da indústria de transformação no Brasil, o que, invariavelmente, carregava em si o processo de uma revolução burguesa. Em contrapartida, o tradicionalismo das oligarquias se impunha como barreira a uma transição imediata, o que levou o governo a tomar as medidas necessárias de forma excessivamente gradual, retardando ainda mais um processo que já se iniciava tardiamente. Assim, de acordo com Celso Furtado³, três importantes dimensões devem ser pontuadas: em primeiro lugar, era necessária uma transferência da base econômica de um “aglomerado de plantações” para uma economia semi-industrial; em segundo lugar, essa transição acarretaria a emigração de um grande contingente rural para as áreas urbanas, provocando um êxodo rural — fator este que se iniciou na década de 1940 e se intensificou principalmente na década de 1970 —, o que demandaria medidas estruturais para receber o contingente vindo do campo; finalmente, a terceira e mais importante dimensão era o fato de que se fazia extremamente necessária a criação de um Estado nacional central com um aparato técnico e burocrático que permitisse uma transição estruturada sobre as leis e a sistematização.

Era indispensável a quebra com o regime tradicional oligárquico que se opunha enquanto principal barreira a ser transposta naquele momento. Entretanto, colocá-lo a parte implicaria no processo de industrialização não se concretizar, pois, para o bem e para o mal, era ela, a oligarquia, quem possuía os insumos necessários para iniciar o processo e conduzi-lo até certo ponto. Contudo, não era, obviamente, do interesse dos grandes proprietários renunciar alguma parte de seu poder em prol de um Estado mais forte e uma economia mais sólida. Furtado coloca a questão da ruptura com a oligarquia da seguinte forma:

Ao iniciar-se a época republicana (1889), quase três quartos de século após a proclamação da independência política, a sociedade brasileira em quase nada se diferenciava da que fora estruturada nos três séculos de vida colonial. A escravidão fora abolida no plano jurídico (1888), mas a unidade social básica continuava a ser o grande domínio agrícola. Era este, simultaneamente, o mecanismo econômico que permitia extrair um excedente comercializável das grandes massas rurais e o marco dentro do qual se organizava a sociedade e se estruturava o sistema de poder. O grande domínio agrícola constitui uma forma extremada de descentralização do poder político. Nele prevalecem as relações pessoais e as

³FURTADO, Celso. Brasil: da República Oligárquica ao Estado Militar. In _____ (org.) *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

normas jurídicas vindas de fora somente penetram na medida em que se conciliavam com a vontade do chefe local⁴.

Descentralização foi a palavra-chave da Primeira República. O federalismo pautou tanto a divisão territorial quanto do poder, ambas em escala nacional. O grande proprietário outorgou-se a si mesmo quatro poderes: legislar, julgar, executar e moderar o seu local de domínio, colocando um “cabresto” naqueles que jaziam sob seu comando. Assim se formou o *coronelismo*, em que os indivíduos, independentemente de sua vontade política, estavam sob a tutela do que se chamou vulgarmente de “coronel” — que nada mais era do que o próprio grande proprietário local —, indivíduo este que estabelecia uma forma de troca de favores com os gentios locais, assegurando sua posição e sua hegemonia no poder. A condição de coronel permitia, assim, ao grande proprietário, em função dos favores a ele devidos, indicar um candidato de sua escolha para representá-lo politicamente.

Paralelamente, a crescente demanda populacional brasileira carecia de medidas urgentes. O proletariado industrial, motivado pelos ideais anarquistas, começava a se organizar, caracterizando o início da mudança do foco rural para o urbano, especialmente no eixo Sudeste – Sul. A luta entre democracia e oligarquia, portanto, abrangia todo o universo nacional, independentemente de classes sociais. De uma maneira ou de outra, a sociedade brasileira da Primeira República estava inserida em alguma, ou algumas, das seguintes esferas: militarização, democratização e urbanização. Reformas eram necessárias nos âmbitos social, político e econômico — e até mesmo cultural — para se introduzir o país na esteira da industrialização e, mais do que isso, mantê-lo em tal posição a fim de concretizar a revolução burguesa no Brasil. Dessa maneira, não seria possível que a transição se desse de forma harmoniosa pelo fato de que cada grupo não buscava uma visão global do todo que constituía o Brasil naquele tempo. Além do jogo⁵ interno inerente aos campos social, político e econômico, cada um desses campos estava também em luta com o outro⁶, de forma que o cenário nacional se tornara essencialmente conflituoso.

Com a crise de 1929, a pressão interna se agravou ainda mais fazendo com que o liberalismo econômico clássico encontrasse seu crepúsculo e a auto-regulação do mercado se tornasse uma falácia, tanto em teoria como enquanto prática. A corrente keynesiana ganhou força dando origem à política do *welfare state*, o que veio reforçar a questão trabalhista e levar as classes subalternas ao questionamento das políticas públicas, fortalecendo, dadas as devidas proporções, a crescente classe burguesa industrial nacional. Sendo, então, o Brasil um país de base estruturalmente agrária e tendo o seu principal produto cotado a valores irrisórios em virtude da baixa súbita do mercado, acreditava-se que a industrialização ganharia potência.

III. Era Vargas: carisma, nacionalismo e dominação

Naquele momento de crise emergiu uma figura que não apenas iria encadear as medidas necessárias à industrialização, mas que lançaria as bases para a burocratização nacional. Apoiado pelo Movimento Tenentista, pela ascendente burguesia industrial e parte das classes populares, Getúlio Dornelles Vargas promoveu a Revolução de vinte e quatro de outubro de 1930, depondo Washington Luís, decretando Estado de Sítio e instaurando governo provisório⁷. Tropas ficaram de prontidão em pontos estratégicos do território nacional para assegurar o rechaço de qualquer levante reacionário que tentasse impedir a assim chamada revolução. Vale ressaltar que apenas parte do

⁴ *Idem, ibidem.*

⁵ Na teoria de Bourdieu, o termo *jogo* é análogo ao termo *conflito*, no sentido de embate de classes.

⁶ Segundo Bourdieu, a sociedade se divide em vários campos, dentro dos quais há um jogo (ou conflito) pela hegemonia entre as classes. Nesse sentido, a luta de classes em Bourdieu segue os mesmos parâmetros explicitados por Marx.

⁷ O “governo provisório” foi instaurado após o país ter sido governado durante dez dias por uma junta militar. Devido à crise que se instaurou no país, inclusive com movimentos reacionários, Vargas procurou se manter no poder fazendo alianças políticas. Em 1934 a Assembléia o elegeu de maneira indireta à presidência da República, terminando com o governo provisório quatro anos após sua instauração.

exército aceitou a liderança de Getúlio Vargas, de modo que um grande contingente de oficiais, principalmente generais, não aderiu à Revolução de 1930 por não aceitarem um civil liderando a alta patente do Exército.

No decorrer do ano de 1931, Vargas procurou fazer os preparativos para uma centralização política do País através da criação do Código dos Interventores⁸, o que subordinava as finanças dos Estados ao poder Executivo. Em 1932, ele promulgou ainda o Novo Código Eleitoral, que instaurava o voto secreto, o voto feminino e a Justiça Eleitoral. Dessa maneira, Vargas conseguiu a antipatia de vários chefes locais, sobretudo os do Estado de São Paulo, os quais perderam, em parte, seu poder de cabresto sobre os gentios que jaziam sob sua tutela. Em nove de julho de 1932 eclodiu em São Paulo a Revolução Constitucionalista, buscando a “redemocratização” do país. A revolta foi apoiada pelos oficiais militares paulistas que não haviam aderido ao outubro de 1930 e procuravam reaver o poder de mando de sua patente dentro das Forças Armadas. Caracterizando, três dias depois, a Revolução de 1932 como um movimento reacionário, Vargas deu ordens ao Exército para contra-atacar e, em dois de outubro do mesmo ano, os paulistas foram rechaçados e obrigados a assinar o Armistício em que, além de admitirem sua derrota, os líderes da revolta tiveram seu direito político suspenso por três anos.

No período entre 1932 e 1937, Vargas tomou medidas para assegurar o centralismo político do país. Realizou eleições para a Assembléia Constituinte, em 1933; sancionou, em 1934, a lei que atrelava os sindicatos ao Estado, limitando seu pluralismo político e sua autonomia, além de, no mesmo ano, ter sido eleito presidente da República, embora de forma indireta, pela Assembléia. Vargas ainda sancionou a Lei de Segurança Nacional, a qual definia os crimes e punições contra a ordem política e social. Os anos de 1935 e 1936 foram marcados por várias insurreições de caráter popular, com especial destaque para a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que reivindicava a ampliação das liberdades cívicas; e a Intentona Comunista, a qual foi reprimida pelo governo e teve seus líderes presos, dentre os quais Luís Carlos Prestes. Ainda em 1935, Vargas declarou Estado de Sítio e, posteriormente, Estado de Guerra, dando início à perseguição política aos partidários do movimento comunista. Em 1937, promoveu um golpe de Estado, dissolvendo o Congresso e outorgando uma nova constituição. Decretada a dissolução dos partidos políticos e publicado o Código de Imprensa, estavam, assim, instauradas a ditadura e a censura.

A partir de então, Vargas deu início à burocratização e sistematização do Estado nacional, paralelamente à aplicação de medidas populistas de governo, criando, em 1938, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) com o objetivo de melhorar o aparelho administrativo brasileiro. Em 1939, foi sancionada a Lei de Sindicalização que definia um sindicato único por categoria profissional e criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), porta-voz oficial do governo que afunilava o conteúdo programático dos meios de comunicação, especialmente a radiodifusão. No ano de 1940, Vargas estabeleceu a Lei do Salário Mínimo, estipulando um teto salarial para os trabalhadores urbanos; o imposto sindical que visava financiar a estrutura corporativa dos sindicatos; e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), o qual consistia em uma rede de refeitórios situados nas principais cidades brasileiras, garantindo aos trabalhadores dessas localidades a aquisição de alimentos por preços mais baixos. Em 1941, foi criada a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) visando ao incentivo à indústria pesada no país. Em 1942, o Brasil aderiu aos Aliados na Segunda Grande Guerra e foi criada a Força Expedicionária Brasileira (FEB), a qual enviou soldados para lutarem durante a Segunda Grande Guerra, na Itália. No mesmo ano, foi criado o Sistema “S”, garantindo formação de mão-de-obra especializada para a indústria, então em pleno desenvolvimento, e em 1943 foi editada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), estabeleceu normas legais na relação entre patrões e empregados.

Como é possível notar ao longo dessa breve cronologia do primeiro governo de Getúlio Vargas, a ambigüidade constituiu sua essência. A aproximação popular varguista fez com que as

⁸ O Código dos Interventores foi promulgado em 29/08/1931 com a finalidade de impedir que os Estados contraíssem empréstimos sem prévia consulta ao Executivo e gastar mais de 10% de seu valor em caixa com políticas militares.

massas fossem favorecidas de uma forma nunca antes anunciada na história do Brasil até então. Os trabalhadores tiveram seus direitos garantidos legalmente, as ofertas de emprego, com o incentivo dado à indústria por parte do governo, aumentaram consideravelmente no período e o país vislumbrou uma fase de grande crescimento econômico. Tal era o crescimento alcançado que, pouco antes da Segunda Grande Guerra, o Brasil já estava em vias superar a importação de grande porcentagem dos produtos utilizados nacionalmente.

A análise do comércio externo do Brasil revela a transformação profunda que se vai operando. Apesar do crescimento da população e de uma nítida elevação de seus padrões médios de vida, a tendência é para o declínio e mesmo desaparecimento da importação de vários itens que nela ocupavam posição de destaque; assim os gêneros alimentares e grande número de manufaturas, sobretudo de bens de consumo. As importações restringir-se-ão aos poucos e já antes da II Guerra Mundial, a certas mercadorias muito particulares: combustíveis (de que o Brasil é pobre, salvo em petróleo que somente começa a se produzir entre nós depois da II Guerra Mundial), o trigo, matérias-primas industriais, produtos químicos e matérias-primas semiprocessadas que se destinam à elaboração, no país, de drogas e medicamentos, algumas manufaturas de metal, motores, máquinas e veículos, aparelhos e utensílios de certa complexidade. (...) A indústria nacional veio progressivamente substituindo com seus produtos a importação de quase tudo que diz respeito a bens de consumo corrente; inclusive, depois da II Guerra Mundial, os bens duráveis e parte já significativa dos bens de produção⁹.

Por outro lado, com essa incrível projeção alcançada pela economia nacional, em meados do primeiro governo Vargas, a partir do crescimento urbano, à questão agrária foi conferido um papel secundário, ficando os trabalhadores rurais aquém dos benefícios obtidos pelos trabalhadores urbanos. A razão da exclusão do meio rural se deu pelo fato de que Vargas não pôde tomar para si uma grande parte do poder dos senhorios locais sem ressarcí-los de alguma forma. E essa forma encontrada por Vargas foi relegar cargos do Poder Público aos proprietários que perderam sua hegemonia. É preciso observar que naquela ocasião as oligarquias ainda detinham uma grande parcela da economia brasileira plantada em suas lavouras, e não somente café, mas outros produtos que passaram a fazer parte da economia nacional, como o cacau e o látex. A Revolução Burguesa no Brasil teve, portanto e necessariamente, de passar pelas mãos das oligarquias. Obviamente, disso decorreu que, embora a indústria estivesse em pleno desenvolvimento, a base agrária continuava a sondar os movimentos da escalada econômica brasileira. Desse modo, o trabalhador rural não poderia desfrutar dos mesmos benefícios que os trabalhadores urbanos, pois da sua produção dependia grande parte da economia nacional, ou ao menos uma parte grande o suficiente para impedir que os direitos trabalhistas se circunscrevessem também a eles.

Não obstante, havia, ainda, a crescente insatisfação da classe militar com a política empreendida por Vargas que se aproximava cada vez mais da conclusão do processo de democratização, o que faria com que o Exército perdesse ainda mais força política. O choque da base anarco-sindicalista do proletariado, que vinha das duas primeiras décadas do século XX, somada aos ideais comunistas em ascensão — um agindo no âmbito fabril e outro nas classes médias urbanas — com uma classe militar contrária a ambas as teorias, acarretou um estranhamento entre o povo e o Exército. Isso acabou por ocasionar a ruptura entre a classe militar e o governo de Vargas, com demonstra José Murilo de Carvalho:

À medida que se tornava clara a vitória dos Aliados, intensificava-se a preparação para a democratização e o apelo aos operários. A imagem de Vargas como o “pai dos pobres”, o amigo dos operários, foi sendo sistematicamente construída. O movimento chegou ao auge com a proposta de uma Assembléia Constituinte com Vargas, apoiada até mesmo pelo Partido Comunista do Brasil. Essa guinada, (...),

⁹ JUNIOR, Caio Prado. *História econômica do Brasil*. Brasília: Editora da UNB, 2004, p. 290.

foi a causa imediata do divórcio entre Vargas e as Forças Armadas. Estas, ou melhor a facção que as dominava, já então tomadas pelo anticomunismo e pela pretensão de guiar o Estado, não aceitaram a busca de novo ator político que lhe era política e ideologicamente antagônico¹⁰.

IV. O legado de Vargas

Em 1945, se iniciou o processo de redemocratização do país. As promulgações da Lei Constitucional nº9 — ou Ato Adicional —, que estatuiu eleições para a presidência da República, da Câmara, do Senado e das assembleias legislativas; do decreto-lei que antecipava as eleições de maio de 1946 para dezembro de 1945; e a fundação da União Democrática Nacional (UDN), são alguns fatores que demonstram a crise do primeiro governo Vargas. A oposição se fortalecia apoiada pelos generais insatisfeitos liderados por Eurico Gaspar Dutra e Góis Monteiro e em outubro de 1945, após esses generais posicionarem tropas cercando o Palácio da Guanabara, residência do então presidente, foi decretada a deposição de Getúlio Vargas, o qual assinou sua renúncia formal no mesmo dia.

O governo Vargas foi caracterizado por duas faces: uma populista e outra despótica. Ao mesmo tempo em que se aproximava das massas e satisfazia algumas das suas principais necessidades, a essas mesmas massas ele impunha uma ditadura. De outro ângulo, não seria possível manter um alto nível de crescimento econômico, como foi o alcançado na época, sem um Estado centralizado e sistematizado, sem uma distribuição razoável do poder e sem um aparelhamento público minimamente organizado. E, nesse sentido, a tentativa de Vargas foi justamente a de concretizar uma Revolução Burguesa no Brasil.

Não obstante, essa ambigüidade, que constituía seu epicentro era também sua maior fraqueza. Se, por um lado, o poder adquirido por Vargas possibilitou sua ascensão ao governo e mudou a marcha da história do Brasil, por outro, pode-se dizer que aquele mesmo poder foi o que acarretou sua derrocada. Ao perder o apoio das Forças Armadas, Vargas perdeu também a principal base de sustentação do seu governo e da sua política centralista, pois um governo que não tem apoio do seu exército, principalmente um exército com grande influência enquanto classe, tende ao fracasso, senão lenta, mas gradativamente. A forma e o conteúdo do governo Vargas foram, respectivamente, o apoio militar e a política de massas. Com o apoio das camadas populares e da maioria dentro das Forças Armadas, o que se esperava — e que foi o que ocorreu — era um governo próspero, em termos sócio-econômicos. Contudo, ao longo de seu governo, Vargas procurou promover uma democracia a partir de uma tirania, de uma ditadura que, ao mesmo tempo em que dava a liberdade de escolha do soberano ao povo, garantindo-lhe uma boa dose de democracia, tirava deste sua liberdade de expressão, o que feria de morte aquela mesma democracia. Disso decorreu a insatisfação da maioria, fazendo com que, como em uma espécie de “efeito dominó”, todas as esferas — social, política, econômica, cultural — construídas por Vargas vissem também abaixo, deixando à mostra as entranhas de um governo corrompido por aquilo que havia sido outrora a razão do seu nascimento.

O êxito de Vargas, entretanto, reside justamente no encaminhamento de uma política de quebra com o passado colonial que ainda insistia em se fazer um forte pilar de sustentação do país. Bem ou mal, o período Vargas constituiu um grande marco na história do Brasil ao definir parâmetros que condicionaram a forma de se fazer política a partir de então até os dias atuais.

Bibliografia

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
BOURDIEU, Pierre. Campo do Poder, Campo Intelectual e *Habitus* de Classe. In: _____. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Org. Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2003.

¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. **Vargas e os Militares: Aprendiz de Feiticeiro**. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org). **As Instituições Brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: EdUERJ; Ed. FGV, 1999.

- CÂNDIDO, Antonio. A Revolução de 1930 e a Cultura. In: **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 2, 4, p. 27-36, Abril 1984.
- CÂNDIDO, Antonio. Literatura de Dois Gumes. In: _____. **A Educação pela Noite e Outros Ensaios**. São Paulo: Ática, 1989.
- D'ARAUJO, Maria Celina (org.). **As Instituições Brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: EdUERJ; Ed. FGV, 1999.
- FERNANDES, Florestan. A Concretização da Revolução Burguesa. In: _____. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.
- FURTADO, Celso (org.). **Brasil: Tempos Modernos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Homem Cordial. In: _____. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. José Olímpio, 1993.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. In: _____. **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaios**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- SANTOS, Marcelo. **O Poder Norte-Americano e a América Latina no Pós-Guerra Fria**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.
- VIANNA, Sérgio Besserman. **A Política Econômica no Segundo Governo Vargas (1951-1954)**. Rio de Janeiro: BNDES, 1987.